

Sumário

| | |
|-----------------------|----|
| APRESENTAÇÃO | 9 |
| NOTA À 9ª EDIÇÃO..... | 11 |

Parte I

A TEORIA DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

| | |
|---|----|
| 1. O MITO DO PROCEDIMENTO UNIFORME..... | 27 |
| CASO..... | 31 |
| 2. A FALSA LIGAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS À VISÃO IMANEN- TISTA DA AÇÃO | 33 |
| CASO..... | 36 |
| 3. DIREITO AO PROCEDIMENTO ADEQUADO COMO COROLÁRIO DO DI- REITO FUNDAMENTAL À TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA..... | 37 |
| CASO..... | 39 |
| 4. O DIREITO AO PROCEDIMENTO ADEQUADO | 41 |
| 4.1. As diversas necessidades de tutela do direito material..... | 41 |
| 4.2. A tutela dos menos favorecidos economicamente..... | 43 |
| 4.3. A tutela dos direitos transindividuais | 44 |
| 4.4. A observância de outros valores..... | 46 |
| 4.5. As ações constitucionais..... | 46 |
| CASO..... | 48 |
| 5. DO EQUÍVOCO DO PROCEDIMENTO ÚNICO À UTOPIA DAS “TUTELAS JURISDICIONAIS DIFERENCIADAS”..... | 49 |
| CASO..... | 51 |
| 6. AS REGRAS PROCESSUAIS ABERTAS E A CONSTRUÇÃO DO PROCEDI- MENTO ADEQUADO AO CASO CONCRETO | 53 |
| 6.1. Regras abertas no CPC/1973..... | 53 |
| 6.2. A flexibilização procedimental no CPC/2015. Alteração de procedi- mento por negócios processuais e pela iniciativa do juiz..... | 54 |
| CASO..... | 55 |

Parte II

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

| | | |
|--------|---|-----|
| 1. | O PROCESSO DE EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS..... | 59 |
| 1.1. | Títulos extrajudiciais e condenação judicial. Primeiras distinções necessárias | 59 |
| 1.2. | Os títulos extrajudiciais..... | 63 |
| 1.2.1. | Questões prévias | 63 |
| 1.2.2. | Natureza e função dos títulos executivos extrajudiciais | 65 |
| 1.2.3. | Os títulos executivos no direito brasileiro | 66 |
| 1.2.4. | Atributos do título executivo extrajudicial | 72 |
| 1.2.5. | Títulos executivos extrajudiciais e sua conversão para títulos judiciais..... | 75 |
| 1.3. | Aspectos comuns das várias modalidades de execução de títulos extrajudiciais | 76 |
| 1.3.1. | Introdução | 76 |
| 1.3.2. | A instauração do processo de execução | 76 |
| 1.3.3. | A cumulação de ações executivas | 80 |
| 1.3.4. | A disponibilidade do processo executivo | 81 |
| 1.4. | Particularidades do processo de execução por quantia certa fundado em título extrajudicial | 81 |
| 1.4.1. | Questões preliminares | 81 |
| 1.4.2. | A fase inicial do procedimento | 83 |
| 1.4.3. | A citação do executado..... | 86 |
| 1.4.4. | As condutas autorizadas ao executado | 88 |
| 1.4.5. | Outras particularidades da execução pecuniária de títulos extrajudiciais..... | 90 |
| 1.5. | Particularidades da execução de prestações de fazer, não fazer e entregar coisa fundada em títulos extrajudiciais | 91 |
| 1.5.1. | Aspectos gerais da execução de obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa..... | 92 |
| 1.5.2. | Prestações de fazer | 94 |
| 1.5.3. | Prestações de não fazer..... | 96 |
| 1.5.4. | Prestações de entrega de coisa | 97 |
| 1.6. | A execução contra a Fazenda Pública fundada em título extrajudicial..... | 101 |
| 1.7. | A execução de prestação alimentícia fundada em título extrajudicial | 102 |
| 1.8. | Os embargos à execução..... | 105 |
| 1.8.1. | Introdução | 105 |
| 1.8.2. | Requisitos de admissibilidade dos embargos à execução | 106 |
| 1.8.3. | O efeito suspensivo dos embargos à execução | 109 |
| 1.8.4. | O procedimento dos embargos à execução | 111 |
| 1.8.5. | Sentença e apelação nos embargos à execução | 112 |
| 1.8.6. | A impugnação de questões posteriores ao momento de oposição dos embargos à execução | 113 |
| 1.8.7. | Os embargos na execução por carta | 114 |
| 1.9. | A execução fiscal..... | 115 |
| 1.9.1. | Considerações iniciais..... | 115 |
| 1.9.2. | O título executivo na execução fiscal..... | 117 |
| 1.9.3. | O início da execução fiscal..... | 118 |

| | | |
|------------|--|-----|
| 1.9.4. | Penhora, avaliação e depósito de bens..... | 119 |
| 1.9.5. | A defesa do executado..... | 120 |
| 1.9.6. | A satisfação do exequente | 121 |
| 1.9.7. | Suspensão e extinção da execução fiscal..... | 122 |
| 1.9.8. | Considerações finais | 123 |
| CASO..... | | 125 |
| 2. | A AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO | 127 |
| 2.1. | O direito material à consignação | 127 |
| 2.2. | As hipóteses legais para a consignação | 129 |
| 2.3. | A tutela jurisdicional da consignação | 131 |
| 2.3.1. | Legitimidade para a consignatória | 131 |
| 2.3.2. | Competência para as ações de consignação em pagamento..... | 132 |
| 2.3.3. | Procedimento da consignatória..... | 133 |
| 2.3.3.1. | A fase extrajudicial..... | 133 |
| 2.3.3.2. | O procedimento judicial de consignação no regime do Código de Processo Civil..... | 135 |
| 2.3.3.2.1. | A fase inicial..... | 135 |
| 2.3.3.2.2. | A consignação das prestações vincendas... | 136 |
| 2.3.3.2.3. | A resposta do réu..... | 137 |
| 2.3.3.2.4. | A complementação do depósito no caso de consignação insuficiente | 138 |
| 2.3.3.2.5. | A dúvida sobre quem possa legitimamente receber a prestação | 139 |
| 2.3.3.2.6. | A sentença da ação de consignação em pagamento | 140 |
| 2.3.3.3. | A consignação em pagamento na Lei de Locações..... | 140 |
| 2.3.3.3.1. | A fase inicial..... | 141 |
| 2.3.3.3.2. | A resposta do réu..... | 141 |
| 2.3.3.3.3. | A complementação do depósito inicial ... | 143 |
| 2.3.3.3.4. | A sentença da ação consignatória de locações..... | 144 |
| CASO..... | | 145 |
| 3. | A AÇÃO DE EXIGIR CONTAS | 147 |
| 3.1. | O dever de prestar contas e o direito de exigi-las..... | 147 |
| 3.2. | A ação de prestação de contas..... | 147 |
| 3.3. | O procedimento para exigir contas..... | 150 |
| 3.4. | A prestação de contas exigida incidentalmente em outro processo | 152 |
| CASO..... | | 154 |
| 4. | AÇÕES POSSESSÓRIAS | 155 |
| 4.1. | Considerações introdutórias | 155 |
| 4.2. | As ações possessórias clássicas, a ação de imissão de posse e a ação reivindicatória ... | 156 |
| 4.3. | A fungibilidade da proteção possessória | 157 |
| 4.4. | Cumulação de pedidos em tutela possessória | 157 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| 4.5. | Duplicidade da demanda possessória e cumulabilidade de demandas na defesa..... | 159 |
| 4.6. | Reserva de cognição no processo possessório | 159 |
| 4.7. | Ação de força velha e ação de força nova..... | 161 |
| 4.8. | Proteção possessória provisória e caução | 163 |
| 4.9. | As ações de manutenção e de reintegração de posse..... | 164 |
| 4.9.1. | Legitimidade para a ação de manutenção e reintegração de posse..... | 164 |
| 4.9.2. | O interesse jurídico na proteção possessória | 165 |
| 4.9.3. | O caso peculiar do contrato de <i>leasing</i> | 167 |
| 4.9.4. | A causa <i>petendi</i> das ações possessórias | 168 |
| 4.9.5. | Procedimento das ações de manutenção e reintegração de posse..... | 170 |
| 4.10. | O interdito proibitório..... | 173 |
| 4.10.1. | Procedimento do interdito proibitório | 173 |
| 4.11. | Ações possessórias e conflitos coletivos sobre imóveis | 174 |
| 4.11.1. | A citação dos réus na demanda possessória coletiva | 174 |
| 4.11.2. | A liminar nas demandas possessórias coletivas de força velha | 176 |
| 4.11.3. | A efetivação da decisão nas ações possessórias coletivas..... | 177 |
| CASO..... | | 178 |
| 5. | AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE | 179 |
| 5.1. | Considerações preliminares | 179 |
| 5.2. | Objeto da ação de dissolução parcial de sociedade | 181 |
| 5.3. | Partes da ação de dissolução parcial de sociedade | 181 |
| 5.4. | Procedimento | 184 |
| CASO..... | | 187 |
| 6. | INVENTÁRIO, ARROLAMENTO E PARTILHA..... | 189 |
| 6.1. | Considerações introdutórias | 189 |
| 6.2. | Inventário negativo..... | 190 |
| 6.3. | O inventário | 190 |
| 6.3.1. | Competência para o inventário | 192 |
| 6.3.2. | Legitimação para o inventário..... | 192 |
| 6.3.3. | O inventariante e o administrador provisório | 193 |
| 6.3.4. | Cumulação de ações no inventário | 195 |
| 6.3.5. | Procedimento do inventário..... | 195 |
| 6.3.5.1. | As primeiras declarações..... | 196 |
| 6.3.5.2. | As citações e manifestações sobre as primeiras declarações | 197 |
| 6.3.5.3. | O herdeiro preterido..... | 198 |
| 6.3.5.4. | As colações | 198 |
| 6.3.5.5. | Sonegação | 199 |
| 6.3.5.6. | Repercussões fiscais e avaliação do espólio | 200 |
| 6.3.5.7. | O pagamento de dívidas | 201 |
| 6.4. | Partilha..... | 202 |
| 6.4.1. | Procedimento da partilha judicial..... | 203 |
| 6.4.2. | Desfazimento da partilha | 205 |
| 6.5. | Arrolamento..... | 206 |

| | | |
|------------|---|-----|
| 6.5.1. | O arrolamento sumário | 206 |
| 6.5.2. | O arrolamento comum..... | 207 |
| 6.6. | Medidas assecuratórias e satisfativas de urgência em inventário e arrolamento | 208 |
| 6.7. | Sobrepartilha..... | 208 |
| 6.8. | Inventário extrajudicial..... | 209 |
| CASO | | 210 |
| 7. | EMBARGOS DE TERCEIROS | 211 |
| 7.1. | Observações introdutórias | 211 |
| 7.2. | Natureza dos embargos de terceiro..... | 212 |
| 7.3. | Cabimento e conteúdo..... | 212 |
| 7.4. | Legitimidade | 213 |
| 7.5. | Prazo | 214 |
| 7.6. | Competência | 216 |
| 7.7. | Procedimento | 216 |
| 7.8. | Os embargos de terceiro fundados em garantia real..... | 219 |
| CASO | | 220 |
| 8. | OPOSIÇÃO..... | 221 |
| 8.1. | Considerações gerais..... | 221 |
| 8.2. | Requisitos..... | 222 |
| 8.3. | Procedimento | 222 |
| CASO | | 225 |
| 9. | AÇÃO MONITÓRIA | 227 |
| 9.1. | Considerações preliminares | 227 |
| 9.2. | Cabimento | 227 |
| 9.3. | Legitimidade para a ação monitoria | 228 |
| 9.4. | O requisito da prova escrita da obrigação | 229 |
| 9.5. | Prova escrita para a admissibilidade da ação monitoria e prova suficiente para a improcedência dos embargos | 231 |
| 9.6. | Competência para a ação monitoria | 232 |
| 9.7. | Procedimento da ação monitoria..... | 232 |
| 9.7.1. | O mandado monitorio e a citação do réu | 232 |
| 9.7.2. | As atitudes do réu | 234 |
| 9.7.3. | O cumprimento espontâneo da prestação..... | 234 |
| 9.7.4. | Os embargos à ação monitoria | 235 |
| 9.7.5. | Outras respostas do réu na ação monitoria | 236 |
| 9.7.6. | Antecipação de tutela na ação monitoria | 237 |
| 9.7.7. | Seqüência do procedimento no caso de apresentação dos embargos à monitoria..... | 238 |
| 9.7.8. | Execução imediata no caso de improcedência dos embargos ao mandado..... | 238 |
| 9.7.9. | Seqüência do procedimento no caso de não apresentação dos embargos à monitoria | 239 |

| | | |
|------------|--|-----|
| 9.7.10. | Fase executiva e nova defesa do requerido..... | 239 |
| 9.8. | Ação monitória proposta contra a Fazenda Pública..... | 240 |
| CASO | | 241 |
| 10. | HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL..... | 243 |
| 10.1. | Questões introdutórias | 243 |
| 10.2. | O penhor legal..... | 243 |
| 10.3. | Procedimento da homologação judicial..... | 245 |
| 10.4. | A homologação extrajudicial de penhor legal | 247 |
| CASO | | 249 |
| 11. | PROTESTOS, NOTIFICAÇÕES E INTERPELAÇÕES | 251 |
| 11.1. | Noções preliminares | 251 |
| 11.2. | Condições de admissibilidade..... | 252 |
| 11.3. | Procedimento | 253 |
| CASO | | 255 |
| 12. | USUCAPIÃO | 257 |
| 12.1. | O direito à usucapião | 257 |
| 12.2. | Requisitos para a usucapião..... | 258 |
| 12.3. | A ação de usucapião no CPC de 2015 | 259 |
| 12.3.1. | Legitimidade | 260 |
| 12.3.2. | Competência | 261 |
| 12.3.3. | Procedimento da usucapião..... | 261 |
| 12.3.4. | O procedimento da usucapião especial de imóveis rurais | 263 |
| 12.4. | O requerimento extrajudicial de usucapião | 264 |

Parte III

ALGUNS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS EM LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

| | | |
|------------|--|-----|
| 1. | AÇÃO DE DESPEJO..... | 269 |
| 1.1. | Observações introdutórias | 269 |
| 1.2. | A ação de despejo..... | 270 |
| 1.2.1. | Competência | 271 |
| 1.2.2. | Legitimidade | 271 |
| 1.2.3. | Procedimento | 272 |
| 1.2.3.1. | A liminar em ação de despejo..... | 273 |
| 1.2.3.2. | A resposta do réu em ação de despejo..... | 274 |
| 1.2.3.3. | O despejo por falta de pagamento de aluguéis | 275 |
| 1.2.4. | Sentença, efetivação e recursos | 277 |
| CASO | | 279 |
| 2. | AÇÃO DISCRIMINATÓRIA..... | 281 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| 2.1. | Introdução..... | 281 |
| 2.2. | Terras devolutas..... | 281 |
| 2.3. | Discriminação das terras devolutas | 283 |
| 2.3.1. | A discriminação na via administrativa..... | 284 |
| 2.3.2. | A ação discriminatória | 286 |
| CASO..... | | 291 |

Parte IV

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

| | | |
|-----------|--|-----|
| 1. | TEORIA GERAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS | 295 |
| 1.1. | Filosofia dos Juizados Especiais Cíveis | 295 |
| 1.2. | Princípios fundamentais | 296 |
| 1.2.1. | Oralidade..... | 296 |
| 1.2.2. | Simplicidade..... | 298 |
| 1.2.3. | Informalidade..... | 298 |
| 1.2.4. | Economia processual | 299 |
| 1.2.5. | Celeridade | 299 |
| CASO..... | | 301 |
| 2. | JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTADUAIS | 303 |
| 2.1. | Introdução..... | 303 |
| 2.2. | Competência | 303 |
| 2.3. | Da conciliação e da arbitragem | 307 |
| 2.4. | Capacidade para atuar no Juizado Estadual..... | 308 |
| 2.4.1. | A capacidade genérica..... | 308 |
| 2.4.2. | A capacidade para ser autor..... | 308 |
| 2.4.3. | Capacidade postulatória..... | 309 |
| 2.5. | Procedimento diferenciado..... | 310 |
| 2.6. | Recursos e meios de impugnação | 314 |
| 2.7. | Os Juizados Especiais Estaduais da Fazenda Pública | 316 |
| CASO..... | | 318 |
| 3. | JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS..... | 319 |
| 3.1. | Generalidades e noções fundamentais..... | 319 |
| 3.2. | Capacidade processual para os Juizados Federais..... | 320 |
| 3.3. | Competência | 322 |
| 3.4. | O procedimento | 324 |
| 3.5. | Arbitragem e Juizado Especial Federal..... | 325 |
| 3.6. | Os recursos nos Juizados Especiais Federais..... | 325 |
| 3.7. | A atuação dos provimentos emanados dos Juizados Especiais Federais | 328 |
| CASO..... | | 330 |

Parte V

AS AÇÕES CONSTITUCIONAIS

| | | |
|----------|---|-----|
| 1. | MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO..... | 333 |
| 1.1. | Rápida evolução do instituto nas Constituições brasileiras | 333 |
| 1.2. | O direito à tutela jurisdicional adequada e o mandado de segurança | 334 |
| 1.3. | Perfil constitucional do mandado de segurança | 335 |
| 1.4. | A estrutura infraconstitucional do mandado de segurança | 337 |
| 1.4.1. | Mandado de segurança preventivo e repressivo | 337 |
| 1.4.2. | Prazo para a impetração | 338 |
| 1.4.3. | Legitimação..... | 340 |
| 1.4.4. | Competência | 344 |
| 1.4.5. | Interesse processual..... | 345 |
| 1.4.6. | Mandado de segurança contra ato judicial..... | 346 |
| 1.4.7. | Procedimento | 348 |
| 1.4.7.1. | A medida liminar..... | 349 |
| 1.4.7.2. | As informações da autoridade coatora | 352 |
| 1.4.7.3. | A sequência do procedimento..... | 353 |
| 1.4.8. | Sentença | 355 |
| 1.4.9. | Recursos | 358 |
| 1.4.10. | Coisa julgada | 361 |
| 1.5. | O mandado de segurança coletivo e seu desenho constitucional | 362 |
| 1.6. | A disciplina infraconstitucional do mandado de segurança coletivo..... | 363 |
| 1.6.1. | A legitimação para o mandado de segurança coletivo | 364 |
| 1.6.2. | Objeto do mandado de segurança coletivo | 365 |
| 1.6.3. | Procedimento | 365 |
| 1.6.4. | Coisa julgada e litispendência em mandado de segurança coletivo..... | 366 |
| | CASO..... | 368 |
| 2. | <i>HABEAS DATA</i> | 369 |
| 2.1. | Questões preliminares | 369 |
| 2.2. | Pedido administrativo de informações e retificações..... | 370 |
| 2.3. | Competência para o <i>habeas data</i> | 371 |
| 2.4. | Procedimento | 372 |
| 2.5. | O pedido de suspensão da decisão em <i>habeas data</i> | 375 |
| | CASO..... | 376 |
| 3. | AÇÃO POPULAR | 377 |
| 3.1. | As ações coletivas como garantia constitucional | 377 |
| 3.2. | Conformação e limitações do direito à tutela coletiva pelo direito infraconstitucional..... | 379 |
| 3.3. | O desenho constitucional da ação popular..... | 380 |
| 3.3.1. | Extensão da proteção no nível constitucional | 381 |
| 3.3.2. | Legitimidade | 383 |
| 3.4. | O tratamento infraconstitucional da ação popular..... | 384 |

| | | |
|------------|---|-----|
| 3.4.1. | Competência | 386 |
| 3.4.2. | Legitimidade passiva e assistência | 387 |
| 3.4.3. | Procedimento | 388 |
| 3.4.4. | A sentença | 389 |
| 3.4.5. | Os recursos | 390 |
| 3.4.6. | A coisa julgada | 391 |
| 3.4.7. | O cumprimento da sentença em ação popular | 392 |
| CASO | | 394 |
| 4. | MANDADO DE INJUNÇÃO | 395 |
| 4.1. | Primeiras considerações | 395 |
| 4.2. | História do mandado de injunção no STF | 396 |
| 4.3. | Escopo do mandado de injunção | 403 |
| 4.4. | Natureza mandamental? | 405 |
| 4.5. | Legitimidade | 408 |
| 4.6. | Medida liminar | 410 |
| 4.7. | Pressupostos para a concessão do mandado de injunção | 413 |
| 4.7.1. | Dever de legislar | 413 |
| 4.7.2. | Mora do legislador | 414 |
| 4.7.3. | Norma insuficiente e omissão parcial | 417 |
| 4.7.4. | Norma não autoaplicável | 418 |
| 4.7.5. | Norma recepcionada pela Constituição, edição superveniente da norma e encaminhamento de projeto de lei | 419 |
| 4.8. | Coisa julgada nos mandados de injunção individual e coletivo | 420 |
| 4.9. | Revisão da decisão? A questão dos efeitos temporais da coisa julgada | 421 |
| 4.10. | Retroatividade apenas para beneficiar | 421 |
| 4.11. | Eficácia “natural” da coisa julgada | 422 |
| 4.12. | Eficácia dos precedentes | 422 |
| 4.13. | O mandado de injunção diante da possibilidade de a falta de lei ser suprida no caso conflitivo concreto | 423 |
| 4.14. | Procedimento do mandado de injunção | 426 |
| CASO | | 428 |

Parte VI

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

| | | |
|------------|--|-----|
| 1. | FILOSOFIA DAS AÇÕES COLETIVAS | 431 |
| CASO | | 433 |
| 2. | SISTEMA LEGAL PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS | 435 |
| CASO | | 441 |

| | | |
|------|--|-----|
| 3. | LEGITIMIDADE PARA A PROTEÇÃO JUDICIAL DOS DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS POR MEIO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA..... | 443 |
| 3.1. | O sistema positivo brasileiro | 443 |
| 3.2. | O reflexo do sistema de legitimação na realidade..... | 447 |
| | CASO..... | 450 |
| 4.. | A AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A TUTELA DE DIREITOS COLETIVOS E DIFUSOS | 451 |
| 4.1. | Considerações gerais..... | 451 |
| 4.2. | Tutelas e sentença na ação para a proteção de direitos difusos e coletivos | 454 |
| 4.3. | Efetivação das sentenças que tutelam direitos difusos e coletivos..... | 455 |
| | CASO..... | 458 |
| 5. | A AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A PROTEÇÃO DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS..... | 459 |
| 5.1. | Considerações gerais..... | 459 |
| 5.2. | Procedimento da ação ressarcitória de danos a direitos individuais homogêneos | 466 |
| 5.3. | Sentença de condenação genérica | 467 |
| 5.4. | Liquidação..... | 469 |
| 5.5. | Execução | 471 |
| 5.6. | Ação coletiva inibitória contra o uso de cláusulas gerais abusivas | 473 |
| | CASO..... | 476 |
| 6. | COISA JULGADA, LITISPENDÊNCIA E CONEXÃO NAS AÇÕES COLETIVAS..... | 477 |
| 6.1. | A coisa julgada nas ações coletivas..... | 477 |
| 6.2. | O art. 16 da LACP e a coisa julgada sobre ações que discutem direitos individuais homogêneos | 481 |
| 6.3. | A litispendência em relação aos processos coletivos..... | 485 |
| 6.4. | Conexão nas ações coletivas | 487 |
| | CASO..... | 489 |
| 7. | PROCESSOS COLETIVOS ESTRUTURAIS | 491 |
| 7.1. | Primeiras observações..... | 491 |
| 7.2. | Noções gerais de processo estrutural | 492 |
| 7.3. | Requisitos e limites da atuação estrutural | 495 |
| 7.4. | Processos estruturais no Brasil | 502 |
| 7.5. | O futuro do processo estrutural..... | 505 |
| | CASO..... | 507 |

Parte VII

O PROCEDIMENTO ARBITRAL

| | | |
|----|--|-----|
| 1. | A ARBITRAGEM E A SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS..... | 511 |
|----|--|-----|

| | | |
|------|--|-----|
| 1.1. | A filosofia da arbitragem..... | 511 |
| 1.2. | O caráter não jurisdicional da arbitragem..... | 512 |
| 2. | SUJEITOS E OBJETO DA ARBITRAGEM..... | 517 |
| 2.1. | As partes e o objeto da arbitragem..... | 517 |
| 2.2. | O árbitro..... | 519 |
| 3. | A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM..... | 521 |
| 4. | O PROCEDIMENTO DA ARBITRAGEM..... | 525 |
| 4.1. | Questões gerais..... | 525 |
| 4.2. | Medidas de urgência em arbitragem..... | 529 |
| 4.3. | A carta arbitral..... | 533 |
| 5. | A SENTENÇA ARBITRAL..... | 535 |
| 6. | NULIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL..... | 539 |
| 7. | A EFETIVAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL..... | 541 |
| 8. | SENTENÇAS ARBITRAIS ESTRANGEIRAS..... | 543 |
| | CASO..... | 546 |
| | SOLUÇÕES DOS CASOS | |
| | CASOS DA PARTE I..... | 547 |
| | Capítulo 1..... | 547 |
| | Capítulo 2..... | 547 |
| | Capítulo 3..... | 547 |
| | Capítulo 4..... | 548 |
| | Capítulo 5..... | 548 |
| | Capítulo 6..... | 548 |
| | CASOS DA PARTE II..... | 549 |
| | Capítulo 1..... | 549 |
| | Capítulo 2..... | 549 |
| | Capítulo 3..... | 549 |
| | Capítulo 4..... | 550 |
| | Capítulo 5..... | 550 |
| | Capítulo 6..... | 551 |
| | Capítulo 7..... | 551 |
| | Capítulo 8..... | 552 |
| | Capítulo 9..... | 552 |
| | Capítulo 10..... | 553 |
| | Capítulo 11..... | 553 |
| | CASOS DA PARTE III..... | 554 |
| | Capítulo 1..... | 554 |
| | Capítulo 2..... | 555 |

| | |
|----------------------------------|-----|
| CASOS DA PARTE IV | 556 |
| Capítulo 1 | 556 |
| Capítulo 2 | 556 |
| Capítulo 3 | 556 |
| CASOS DA PARTE V | 557 |
| Capítulo 1 | 557 |
| Capítulo 2 | 557 |
| Capítulo 3 | 558 |
| Capítulo 4 | 558 |
| CASOS DA PARTE VI..... | 559 |
| Capítulo 1 | 559 |
| Capítulo 2 | 559 |
| Capítulo 3 | 559 |
| Capítulo 4 | 560 |
| Capítulo 5 | 560 |
| Capítulo 6 | 560 |
| Capítulo 7 | 561 |
| CASO DA PARTE VII..... | 561 |
| Capítulo 8 | 561 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 563 |